

Fraternidade, Política e Direitos Humanos¹.

Ana Maria de Barros²

Sumário: I – *Considerações Iniciais*; II- *A Fraternidade e a Revolução Francesa*; III- *Fraternidade e a Formação de Valores Positivos*; IV- *A Fraternidade e a Sociedade de Mercado*; V- *Considerações finais*; VI- *Referências*

Palavras Chaves: *Fraternidade, Política, Valores e Direitos Humanos*

RESUMO:

A idéia de Fraternidade lançada como um dos três pilares da Revolução Francesa, um dos seus ideais de sustentação acabou ao longo do capitalismo e do socialismo se tornando um princípio pouco lembrado. Os Estados capitalistas supervalorizaram o princípio de igualdade e os socialistas supervalorizaram a igualdade. E a fraternidade? Qual seu destino? Dessa forma, a idéia de fraternidade foi sendo distanciada dos princípios fundamentais da democracia, os dicionários de política não destacam e não enfatizam o conceito de fraternidade na política. Sendo assim, o princípio de fraternidade foi sendo relacionado a idéia de caridade por filantropia. Ocorreu uma adoção pelos movimentos religiosos cristãos que passaram a desenvolver seus trabalhos em relação aos despossuídos do mundo em nome da fraternidade. Diante dos grandes desafios colocados pela humanidade: as violações de direitos humanos, as barbáries das guerras étnicas, a indiferença social produzida pela globalização e pelo neoliberalismo, não precisaríamos discutir o lugar da fraternidade numa perspectiva de reconciliação do tripé da Revolução Francesa (Igualdade, Liberdade e Fraternidade), Não seria o momento de pensar, solidariedade, responsabilidade social, gestão honesta dos recursos públicos, respeito a diversidade, alteridade, multiculturalidade e meio ambiente como aspectos da fraternidade universal? Não seriam esses valores que nos tornam membros da comunidade de seres humanos? A rediscussão da fraternidade como princípio político para além da caritas (cuidar amorosamente) nos mostra um caminho possível de pensar valores civilizatórios em um mundo pautado pelo individualismo e pelo consumo numa perspectiva: local, regional, nacional e internacional.

RESUMEN:

La idea de fraternidad lanzó como uno de los tres pilares de la Revolución Francesa y uno de sus ideales de poco más de apoyo el capitalismo y el socialismo vuelve un poco más recordado principio. Ellos capitalista supervalorizaram el principio de igualdad y los socialistas supervalorizaram igualdad. Y la fraternidad? Lo que su destino? Por lo tanto, la idea de la hermandad ha sido la distancia de los principios fundamentales de la democracia, los diccionarios de la política de no destacar y hacer hincapié en el concepto de fraternidad en la política. Por lo tanto, el principio de fraternidad se ha vinculado por la idea de caridad, la filantropía. Hubo una aprobación por los movimientos religiosos cristianos que comenzó a desarrollar su labor en relación con el mundo de los desposeídos en el nombre de la hermandad. Enfrenta a importantes desafíos para la humanidad: violaciones de derechos humanos, la crueldad de las

¹ - Artigo publicado na Revista da Faculdade de Direito de Caruaru de 2008. Disponível em: WWW.ruef.com.ar.

² - Doutoranda em Ciência Política pela UFPE, Prof² da ASCES: FADICA e FAAPE e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru e Instituto de Teologia de Caruaru (ITEC).

guerras étnicas, a indiferença social produzido por a globalização e o neoliberalismo, não tem que discutir o lugar de hermandade com miras a a reconciliação do tripode de a Revolução Francesa (igualdade, a liberdade e fraternidade), não é o momento de pensar, a solidariedade, responsabilidade social, gestão honesta de os recursos públicos, respeitar a diversidade, a alteridade, o multiculturalismo e o meio ambiente como aspectos de a fraternidade universal? Não seriam os valores que nos fazem membros de a comunidade de os seres humanos? O rediscussão de a fraternidade como um princípio político mais além de as Caridades (cuidado amorosamente) nos mostra uma possível forma de pensar civilizatórios valores em um mundo guiado por o individualismo e o consumidor em mente: local, regional, nacional e internacional.

I - A Fraternidade e as Promessas da Revolução Francesa

Impossível não começar discutindo o conceito de fraternidade sem lembrar dos princípios básicos da Revolução Francesa: **Liberdade, Igualdade e Fraternidade**. Decantada por filósofos e poetas ao longo da modernidade a fraternidade foi se tornando aos poucos o lado indiferente dessa tríade, associada exclusivamente a idéias de caridade, filantropia, e romantismo político.

Com a passagem da modernidade, observamos que tanto nas sociedades liberais desenvolvidas sob a bandeira da liberdade se deu pouca atenção as questões referentes à Fraternidade, como também, os Estados Socialistas que centralizaram seus governos na defesa da igualdade, também pouca atenção dedicaram a fraternidade.

A filosofia política ou mesmo a Ciência Política pouco, ou quase nenhuma importância tem dedicado aos estudos e as pesquisas sobre a Fraternidade, assim, a proposta de discutir a Fraternidade dentro de um ambiente acadêmico tradicional pode até parecer piada de mau gosto, seguida da pergunta polêmica quem lhe orientaria?

Muitas pessoas são levadas a desistir da temática da Fraternidade pela ausência deste debate político nas academias tradicionais de Ciência Política. Ao contrário desta postura, vemos este debate crescer nos circuitos alternativos às universidades. Reunindo organizações não governamentais, movimentos sociais e grupos religiosos. Seria a Fraternidade então apenas um discurso retórico utilizado pela esquerda ou pela direita apenas para manipular as massas ignorantes e depois abandona-las a sua própria sorte?

Pra escrever este artigo debruçamo-nos inicialmente sobre obras e autores tradicionais. Para tanto, consultamos um dicionário político, um dos mais utilizados pelos estudantes e professores de Ciência Política, e para nossa surpresa, este conceito não aparece lá. Nem mesmo o conceito de solidariedade, muitas vezes associado ao de

fraternidade³. No entanto, as outras bandeiras da Revolução Francesa lá estavam: O conceito de igualdade é aprofundado pela filosofia e pela teoria política da página 597 a 605, e o conceito de Liberdade da página 708 a 713. Pelo menos é muito estranho que a terceira parte desta tríade não receba nenhuma contribuição político – filosófica em nenhuma das páginas desse tradicional dicionário, fonte comum de pesquisa na área.

No entanto, caminhamos neste mesmo dicionário procurando outros conceitos que pudessem nos fornecer ferramentas para as nossas reflexões, encontramos no conceito de tolerância algumas questões importantes. A tolerância é apresentada como um princípio fundamental da vida democrática, ao nos orientar a conviver com estas diferenças, seja no campo da religião, da política, da sexualidade, das relações de classe, enxergando na tolerância, princípios e valores promotores da paz. Também encontramos o quanto a Postura do Papa João XXIII diante da intolerância e das desigualdades denunciadas em suas encíclicas, conjuntamente aos efeitos do Concílio Vaticano II, do encontro da Igreja Católica em Medellín e em Puebla contribuíram para restabelecer o debate sobre os valores democráticos, para além da filantropia e da esmola, exigindo uma ação política e assertiva dos cristãos no sentido da luta pela dignidade humana e pelo bem comum no mundo⁴.

Na América Latina tais movimentos incentivaram a formação de alas progressistas dentro da Igreja Católica que passaram a difundir a sua opção pelos pobres, acompanhado do desenvolvimento da Teologia da Libertação e da politização da Igreja Nacional através da CNBB em sua luta contra a tortura na ditadura Militar no Brasil, em defesa dos ideais democráticos, do restabelecimento da Democracia e da Reforma Agrária. Figuras como Dom Hélder Câmara no Nordeste e Dom Evaristo Arns em São Paulo tornaram a democracia e os direitos humanos bandeiras de sua prática político – religiosa e a Igreja Católica atuou como um canal de luta política, atraindo inimigos, perseguições, torturas para religiosos e leigos envolvidos nas lutas por redemocratização. Observaremos que a partir destes movimentos de politização entre os cristãos católicos, as anuais campanhas da Fraternidade no Brasil, organizadas pela

³ -Ver, BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Vol I e II. Brasília: Editora UNB, 2001.

⁴ - *DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988,p. 1245 – 1246.

CNBB, buscaram dar visibilidade aos problemas sociais que necessitam de uma ampla mobilização da sociedade civil⁵.

Observaremos como às preocupações com a fraternidade irão se tornando uma reflexão constante no debate cristão como um princípio político fundamental. Esta postura pode ser observada nas questões levantadas por Chiara Lubich.

Quando alguém chora, devemos chorar com ele. E sorri, alegrar-nos com ele. Assim, a cruz é dividida e carregada por muitos ombros, a alegria é multiplicada e compartilhada por muitos corações. [...] Fazer-se com o próximo naquele completo esquecimento de si, existente em quem se elmbra do outro, do próximo, sem dar conta, nem se preocupar com isto. [...] Quem está próximo do homem e o serve em suas mínimas necessidades, como Jesus mandou, facilmente entende também os vastos problemas que atormentam a humanidade; mas – quem falto de caridade - fica dia e noite sentado a uma mesa para tratar e discutir os grandes problemas do mundo, acaba sem compreender aqueles poucos problemas que pesam sobre cada irmão que vive a seu lado⁶

A concepção de fraternidade proposta por Chiara Lubich tem por base os ideais cristãos que congregam valores difundidos por Jesus Cristo: a amor ao próximo, a caridade, a generosidade e a luta contra a omissão. Enxerga a fraternidade como um princípio de reunião de todos os seres humanos sem às barreiras étnicas, políticas, ideológicas ou econômicas. Com a fraternidade propõe a idéia de um mundo unido, princípio norteador do *Movimento Políticos Pela Unidade*, em que a fraternidade se consolida na ação dos indivíduos e não apenas no seu debate político. Compreendendo que a fraternidade renova nossos valores, influencia a ação ética dos governantes, contribuindo para que independente do lado em que nos encontramos, seja do ponto de vista político – ideológico ou econômico somos responsáveis com a preservação e a ascensão da condição humana de todos, nesse sentido nos fala da responsabilidade política e social dos cristãos com a promoção de valores dignificantes para todos, e dos gestores da política governamental em particular⁷.

A fraternidade é um empenho que: favorece o desenvolvimento autenticamente humano do país sem isolar na incerteza do futuro as categorias mais fracas, sem excluir outras do bem-estar, sem criar novas pobreza; salvaguarda os direitos da cidadania e o acesso à própria cidadania, abrindo uma esperança a todos que buscam a possibilidade de uma vida digna em nosso país, o qual pode mostrar a própria grandeza oferecendo-se como pátria para quem perdeu, ajuda a pesquisa científica e a invenção de novas tecnologias, salvaguardando, ao mesmo tempo, a dignidade da pessoa humana do primeiro ao último instante de sua vida,

⁵ -MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916 -1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.182 – 190.

⁶ - LUBICH, Chiara. *Ideal e Luz. Pensamento, Espiritualidade e Mundo Unido*. São Paulo: Cidade Nova, 2003, p.290-291.

⁷ - LUBICH, Chiara. *Ideal e Luz. Pensamento, Espiritualidade e Mundo Unido*. São Paulo: Cidade Nova, 2003, p.310.

*fornecendo sempre as condições para que cada pessoa possa exercer a própria liberdade de escolha e possa crescer assumindo responsabilidades*⁸.

No dicionário de língua portuguesa encontramos a seguinte definição: Fraternidade é parentesco de irmãos; irmandade; amor ao próximo, harmonia, paz, concórdia. Em fraternizar encontramos unir - se estreitamente como irmãos, cada grupo esquecendo velhas dissensões⁹. Se a fraternidade é um conceito indefinido para os cientistas sociais e políticos, pelo menos na Língua Portuguesa e na Doutrina Social da Igreja encontramos algumas percepções que nos oferecerem um excelente ponto de partida par as nossas inquietações.

Assim a fraternidade se relaciona com a luta pela paz, pela construção de uma sociedade que busca a harmonia, o equilíbrio entre as suas forças vitais e o reconhecimento do outro como irmão, como igual, enxergando a política como o instrumento da realização do bem comum e da ascensão da condição humana. O que nos faz lembrar do pensamento de Kant de que o indivíduo é um fim em si mesmo. Nesse sentido, a sociedade, o Estado e todas as organizações e instituições sociais devem existir como meios que garantam a dignidade, o direito de todos os homens e não apenas de alguns privilegiados. Esta é uma dimensão da compreensão da idéia de fraternidade que nos aproxima como militante de direitos humanos, da defesa da Fraternidade como bandeira urgente e necessária.

Nesse sentido, como promessa da Revolução Francesa, a fraternidade como fundamento político foi marginalizado, como também o seu debate teórico – filosófico em profundidade. A fraternidade tornou-se preocupação e ocupação de religiosos e grupos que se responsabilizaram ao longo desta história no socorro às populações excluídas e marginalizadas.

Uma outra reflexão significativa que encontramos afirma a relação dinâmica entre as bandeiras de igualdade, liberdade e fraternidade. E que estas três dimensões devem ser percebidas como valores universais são os pilares das políticas de Direitos humanos.

As três dimensões históricas dos direitos humanos – as quais se confundem, de certa forma, com as etapas históricas da cidadania, englobam e enfeixam os três ideais da Revolução Francesa: o da igualdade, o da liberdade e o da

⁸ - LUBICH, Chiara. *Ideal e Luz. Pensamento, Espiritualidade e Mundo Unido*. São Paulo: Cidade Nova, 2003, p309 - 310.

⁹ - *DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

*fraternidade, ou da solidariedade. Além de naturais, universais e históricos, os direitos humanos são, também, indivisíveis e independentes*¹⁰.

A crítica da autora é importante ao desqualificar a idéia do privilégio de um princípio em detrimento de outro, afirmando que nas sociedades contemporâneas a democracia não se sustenta sem a prática eficiente da solidariedade. Solidariedade então, compreendida numa perspectiva pessoal e grupal, mas como condição política para a cidadania. A solidariedade entendida como a única forma de pressionar o Estado e a Sociedade Civil contra os efeitos perversos da brutalidade das políticas neoliberais sobre as populações mais pobres¹¹. Aceitar esta situação é aceitar que os pobres, os excluídos e as minorias vitimadas pelos processos de desigualdades não sejam reconhecidos como membros da comunidade de seres humanos.

II – A Fraternidade na Formação de Valores Positivos

Se confundirmos fraternidade com filantropia, com o socorro aos mendigos e aos desvalidos, compreenderemos só uma parte desta história. Sem dúvida, socorrer os necessitados é um gesto de generosidade e amor ao próximo que deve ser incentivado e valorizado em todas as sociedades, sejam elas sociedades miseráveis ou abundantes.

O gesto de generosidade expressa o desapego às coisas materiais, contribui para formar o indivíduo para uma vida simples, prepara-o para a partilha, se ensina pela generosidade o amor ao outro, pelo exemplo da generosidade. Ao perceber que ao ajudar o outro, também nos ajudamos e nos sentimos úteis e necessários aos homens e ao mundo. No entanto, a generosidade é um valor positivo, mais não pode ser um valor isolado, individual. Somando-se com outros valores seu sentido social cresce e contribui para a formação de uma sociedade dentro de padrões humanizados e respeitáveis, elevados para todos os seres humanos.

Uma sociedade democrática se marca com a educação por valores. Em seu livro, *Entre o Passado e Futuro*, no capítulo dedicado à crise da Educação, Hannah Arendt reflete sobre o papel que os adultos têm na apresentação do mundo para as crianças. O mundo e os valores que apresentamos na educação familiar, escolar, religiosa e política

¹⁰ - SOARES, M^a Victória Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p.64.

¹¹ - SOARES, M^a Victória Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p.65.

são responsáveis pela formação desses valores, sobre os modelos que as crianças, os jovens e os adultos deverão manter ou transformar.

O educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual ele deve assumir responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é. Esta responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores; ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo em contínua mudança. Qualquer pessoa que recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação¹².

Nessa perspectiva trago a reflexão da autora não apenas ao campo da Educação, Mas de todas as instituições sociais que são educativas: Família, Escola, Estado, Meios de Comunicação, Igrejas, etc. Hannah Arendt nos propõe uma reflexão sobre as responsabilidades coletivas, pois em sua visão que pode ser considerada muito dura nesse texto, afirma que aqueles que não estão prontos nem preocupados em criar um mundo melhor para as novas gerações, deveriam abdicar da condição de educadores. Reforçando a reflexão arendtiana, concordamos que o exemplo que oferecemos é educativo. Quando somos justos, ensinamos os valores e os princípios da justiça, se somos amorosos, o amor, ensinamos o respeito, ensinamos a tolerância, como também ensinamos a solidariedade. Porém, da mesma forma, ao contrário, também pelo nosso exemplo, ensinamos a intolerância, ensinamos a arrogância, promovemos o racismo e a indiferença a quem mostramos o mundo. Os vícios desrespeitosos à dignidade da pessoa humana também são ensinados pelo nosso exemplo¹³.

A Fraternidade assim estará relacionada à responsabilidade social, é uma categoria política da vida democrática, nesse sentido, tanto quanto o ideal de liberdade e igualdade, a fraternidade deve ser exercida, ensinada, discutida nas diversas instituições sociais. Compreendida como instrumento de formação de valores humanitários. De que nos serve a riqueza individual se cegamos para o empobrecimento da classe trabalhadora e de milhões de desempregados pelo mundo? Pela sujeição ao trabalho formal sem proteção social para o trabalhador? E se a destruição do meio ambiente não nos afeta? De que nos serve crescer na balança comercial se mantemos milhares de pessoas em trabalho semi – escravo em condições desumanas? De que nos servem os títulos e honrarias, se somos incapazes de educar as nossas gerações e as gerações

¹² - ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 239

¹³ - CARVALHO, José Sérgio F. de. *Podem a Ética e a Cidadania Ser Ensinadas?* In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 102 – 103.

futuras, para os perigos de transformar o outro ser humano nossa propriedade, em objeto de prazer, meio para ganhar dinheiro, ou poder, esquecendo sua condição humana?

Não posso dizer que sou eu, se não sou reconhecido pelo outro e se não o reconheço como alguém como eu. Não alguém idêntico a mim – impossível! – Mas alguém diferente e igual, e tem uma conotação social e política. A afirmação da identidade se dá na possibilidade de existência da diferença e na luta pela superação da desigualdade¹⁴.

Assim proponho pensar na Fraternidade como uma categoria política que nasceu na modernidade e nela não se desenvolveu como um discurso teórico – filosófico em profundidade, é o nosso desafio na pós – modernidade, aprofundá-lo, sem as amarras ideológicas tradicionais. Talvez não seja fácil, talvez não seja difícil. Começamos aqui a levantar os argumentos da crítica pós - moderna que aponta para a falência dos velhos paradigmas. Onde nem o liberalismo cumpriu sua promessa de que onde o homem fosse livre, necessariamente chegaria o mercado e a ciência que o tornariam livre da ignorância e da miséria. Em nome dessa liberdade oprimiu os trabalhadores, dominou as nações mais pobres, produziu o subdesenvolvimento, produziu guerras terríveis, disseminou o eurocentrismo, o racismo, reduzindo muitos homens a escravidão ou à produção em grande escala, países e pessoas transformadas em objetos de interesse econômicos.

Outros em nome da igualdade, optaram por um modelo alternativo e socialista, sem classes, sem propriedade privada e com um Estado controlador. Em nome da igualdade vimos surgir regimes totalitários cruéis, dizimadores de qualquer oposição, de qualquer crítica, silenciador de intelectuais e violadores de direitos humanos. A miséria e a desigualdade do liberalismo e o autoritarismo dos regimes comunistas mataram a vida política de milhares dos seus cidadãos. Ou por destiná-los a miséria como humanos sem direitos, ou como prisioneiros ou traidores de Estado, sem direito a liberdade política. A falência destes modelos revela que estamos diante de um novo desafio de construir novas opções para a continuarmos nos desenvolvendo, respeitando o que de bom podemos sorver dos velhos paradigmas, mas sem o extremo racionalismo iluminista, e sem o caos pós - moderno.

De que forma a fraternidade como categoria política pode nos ajudar a repensar o espaço político dentro de uma realidade tão sombria e marcada pela falta de esperança acenada com o neoliberalismo e a sociedade de mercado?

¹⁴ - RIOS, Teresinha A. *Ética , Ciência e Inclusão Social*. In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 125.

Quando falamos que os valores da fraternidade se ligam a uma nova leitura dos valores da responsabilidade social, da solidariedade e dos direitos humanos, é porque não basta que os valores civilizatórios e positivos, estejam apenas em documentos internacionais e leis nacionais como é o caso da nossa constituição. É preciso que acreditemos e lutemos coletivamente para a sua efetivação, o que exige por um lado, um compromisso político dos aplicadores do Direito, mas por outro lado, do controle social da sociedade e da sua organização para garantir que os direitos que já existem sejam efetivados, e ampliar a luta pelos direitos que ainda não estão garantidos pela lei. Essa postura requer uma vida ativa democrática e requer envolvimento social, compromisso político e respeito pelo outro.

III- A Fraternidade e os Desafios da Sociedade de Mercado

Observamos a partir da década de 80 do século XX a destruição das bases do Estado social na Europa e nos E.U.A e a adoção de uma receita indigesta e intervencionista: Estado mínimo, privatizações de estatais, desregulamentação das economias e das relações de trabalho. Ocorreu o abandono das políticas sociais de inclusão social que acabaram substituídas pelos projetos assistencialistas e eleitoreiros que socorrerem os miseráveis sem possibilitar uma inclusão social que os valorize como seres humanos e os reintegrem ao mundo do trabalho, mas ao contrário, os mantém na mendicância aos poderes públicos.

O resultado catastrófico das políticas neoliberais é o desemprego estrutural nos países ricos e pobres, a crise das grandes indústrias a ascensão do setor de serviços, acompanhado da redução do emprego formal e da crescente formação de um subproletariado, conjunto de trabalhadores, cada vez mais distante da sociedade tecnológica e das redes de proteção social¹⁵.

Vamos observar que o vazio deixado pelo Estado no que diz respeito à realização de ações de apoio à sociedade e aos grupos vitimizados pelas variadas formas de desigualdades e violações passaram a ser ocupadas por organizações não – governamentais e movimentos sociais e religiosos, tais movimentos acabam por assumir o papel do Estado, ou passam a trabalhar em parceria com ele.

¹⁵ -ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses centralidade do mundo do Trabalho*. 4ª. E. São Paulo: Cortez, 1997, p. 32 – 33.

Sobre estas parcerias entre o Estado e as organizações sociais na América Latina a partir da década de 70 do século XX e suas implicações políticas para a esfera local, Elenaldo Teixeira tece algumas reflexões significativas.

A ênfase demasiada no local tem se constituído, inclusive, em suporte para políticas neoliberais de desoneração do Estado Central, transferindo-se determinadas funções para o nível local como passo para a privatização, num processo perverso de descentralização e neolocalismo[...]pode significar também uma estratégia de elites tradicionais que controlam o poder local, realimentando o clientelismo. Por outro lado, têm provocado iniciativas inovadoras e criativas de gestão, com intensa participação da sociedade civil¹⁶.

Verificamos que a partir dos anos 70 alguns países latino-americanos passaram a ultrapassar o comportamento apático em relação à política, existindo um total alheamento das organizações da sociedade civil em relação ao Estado. Só após a superação dos regimes autoritários estes países puderam aprofundar estas mudanças. As relações românticas caracterizadas pelas ações destes grupos nas articulações com o poder do Estado, fizeram com que muitos destes grupos quisessem ocupar o seu lugar. Nesse caminho encontraram dificuldades em lidar com o boicote político aos seus esforços, na maioria das vezes, reflexos da herança da continuidade autoritária. Nesses Estados a sociedade civil nunca é bem vinda na vida política, o exercício da cidadania e a participação popular é algo recente em sociedades autoritárias.

As dificuldades em lidar com os jogos e tramas políticas, de desenvolver estratégias políticas de confronto, acabam desanimando membros destas organizações que acabam se afastando das experiências que iniciaram: Dá-se um conflito quase insolúvel entre a realidade e a utopia.

Dois fatores viriam a contribuir para uma mudança: a globalização e a descentralização do poder. A primeira, com seus efeitos perversos sobre a coesão social, suscitando programas compensatórios; a segunda, ao desonerar o Estado Central de determinadas tarefas, transferindo-as à esfera local que, por sua vez, repassa-as ao setor privado, aí incluindo-se as organizações¹⁷.

São as experiências de âmbito local que vem demonstrando a necessidade de um ensaio cada vez maior da sociedade junto ao Estado. Sobre algumas das experiências de gestão alternativa no âmbito local que cresceram na década de 90 às reflexões abaixo são significativas.

¹⁶ - TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.,p.48.

¹⁷ - TEIXEIRA, Elenaldo. *Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p.101.

Duas tendências se fortalecem no cenário social brasileiro nos anos 90, com relações diretas com a temática dos movimentos sociais: O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente ao nível do poder local[...] Dessa experiência de trabalho cooperativo origina-se o terceiro setor da economia, no âmbito informal¹⁸.

Maria da Glória Gonh considera que se dá um processo de descentralização estatal e que alguns modelos de gestão, se ligam as exigências da nova ordem mundial que vislumbram a transferência de gastos para o poder local. No entanto, reflete sobre o problema da descontinuidade administrativa como um dos principais problemas para a efetividade destas experiências, quando conseguem resultados positivos.

Quando estas correntes saem do poder – por terem perdido as eleições – estas experiências são varridas do cotidiano da gestão das coisas públicas, deixando a memória – por meio dos seus registros e memória coletiva de participação – sem inscrever as novas práticas como partes constituintes da sociedade.¹⁹

Elenaldo Teixeira nos chama a atenção para as ambiguidades que podem apresentar as organizações locais em seus mecanismos de atuação.

[...] cabe assim a participação cidadã contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, e exigir o accountability e a responsabilização dos gestores. Dessa forma, poder-se-á compatibilizar a participação com a representação[...] as experiências de gestão local e participação cidadã mostram inovações criativas, mas também ambiguidades e limitações, cabendo questionar-se sua efetividade e a possibilidade de que se constituam em mera estratégia de legitimação de governos²⁰.

Santos Ressalta o protagonismo das experiências locais que mesmo diante da complexidade da nova ordem social, buscam de forma contra hegemônica, ocupar espaços na construção destas alternativas que tem como objetivo central a melhoria das condições de vida e de conquista de espaço democrático²¹. Demonstra como a crise do paradigma de classes trouxe de volta o debate sobre os direitos humanos para o centro da discussão política, numa perspectiva de luta contra hegemônica, mesmo reconhecendo que estas lutas podem se apresentar fragmentadas na atualidade, mas tem conduzido este debate da esfera pública local a esfera pública global.

A criação de redes translocais entre alternativas locais é uma fonte de globalização contra-hegemônica a nova face do cosmopolitismo[...] A construção da emancipação neo – comunitária avança à medida que a argumentação introduz exercícios de solidariedade cada vez mais vastos.

¹⁸ - GONH, M^a da Glória. *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. SP: Cortez, 1997, p. 34.

¹⁹ - GONH, M^a da Glória. *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. SP: Cortez, 1997, p.38.

²⁰ - TEIXEIRA, Elenaldo. *Do Local ao Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador: UFBA, 2001, p.41- 95.

²¹ - Ver, SANTOS, Boaventura de Souza (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p.29-35.

Esta construção micro utópica tem de assentar na força dos argumentos que a promovem, ou melhor, no poder argumentativo das pessoas ou dos grupos que pretendem realizá-la²².

Ao analisar os desafios da participação política numa sociedade neoliberal que é marcada pelo autoritarismo, pela supervalorização do consumo como instrumento de inclusão social nos deparamos com as dificuldades que os grupos locais, principalmente na América Latina, enfrentam, ainda são ligados aos interesses das oligarquias e grupos econômicos tradicionais, sendo um entrave ao processo de participação democrática. Tal situação pode ser observada na dificuldade de funcionamento dos conselhos de saúde, educação e tantos outros que em muitos locais do Brasil, funcionam como organismo de interesse de prefeitos e secretários de governo.

Assim, como formar uma participação política influente, capaz de mudar as realidades locais, sem eliminar no espaço político local o clientelismo, o sistema de favor e tutela e a corrupção na gestão de recursos públicos e nos comportamentos individuais dos cidadãos?

Nesse cenário caótico de desemprego estrutural, a redução/superação da exclusão e da miséria depende de uma ação política mais solidária, necessitamos nos preocupar com a população de indigentes sociais, de pessoas que sobram como lixo humano, população insolvente que não mais será absorvida pelo mercado de trabalho e que de forma quase determinista, tende a depender pelo resto das suas vidas dos programas paliativos de governos e organizações não – governamentais.

A produção do refúgio humano, ou mais propriamente, de seres humanos refugados (ou excessivos e redundantes, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos, ou obter concessão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem²³.

Bawman denuncia que temos tratado esta população refugada como lixo humano, como se o planeta precisasse despejar estas pessoas sem utilidade em algum lugar. São dejetos humanos cada vez mais expostos às constantes degradações da sua humanidade. Essa população de miseráveis crescentes, tratados com indiferença, como inimigos, como uma população estranha, indigna e impura e incômoda.

Uma vez que o critério de pureza é a aptidão para participar do jogo consumista, os deixados de “fora” como um “problema”, como uma sujeira que precisa ser removida. [...] São eles os “novos impuros” que não se

²² - SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2002, p.37.

²³ - BAWMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p. 14

*ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da perspectiva do mercado consumido, eles são redundantes – verdadeiramente “objetos fora do lugar” [...] Excluir e encarcerar consumidores falhos para evitar-lhes, o mal, isso é preferível ao restabelecimento de seu status de consumidores através de uma previdente política de emprego conjugada com provisões ramificada de previdências.*²⁴

Por esta razão a reflexão sobre a fraternidade passa pela luta contra a indiferença, como também, pela necessária intervenção política desde a esfera local à esfera global para a melhoria da vida de todos. Reflexões que propõem um amplo debate que deve perpassar: Gestão dos recursos públicos com transparência e respeito, combate a corrupção, distribuição da renda, segurança pública baseada em programas sociais preventivos e repressivos da criminalidade, políticas sociais voltadas para crianças, adolescentes, idosos, indígenas, mulheres, desempregados e todos aqueles que sofrem diretamente a possibilidade de fazer parte do perigo de ser parte da população refugada.

IV- Considerações Finais

Nossa defesa em favor da Fraternidade como categoria política necessária ao ambiente acadêmico, em particular da Ciência Política e da Sociologia Política tem como ponto de partida a compreensão para os efeitos danosos que podem ser produzidos pela indiferença social.

As leituras em torno da importância da defesa dos Direitos Humanos nesse cenário caótico da globalização têm forçado quem atua na área em rever as reflexões de Hannah Arendt e sua pertinência para a atual realidade. Hannah Arendt nos demonstra como a indiferença social pode produzir pessoas apáticas, individualistas e que não se responsabilizam pelo destino do mundo, do planeta e da defesa da democracia. Em *Origens do Totalitarismo* denuncia como pessoas consideradas inferiores por difusão de preconceito, racismo ou situações políticas, podem ser vitimadas por ações discriminatórias, podem ser exterminadas, porque se tornam pessoas supérfluas e sem lugar no mundo²⁵.

Esse sentimento de desprezo e de inferiorização do outro, torna-o vulnerável ao extermínio e à exclusão. Quem nos garante que não seremos tratados assim também se

²⁴ - BAWMAN, Zygmunt. *O Mal – Estar da Pós – Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.24 – 25.

²⁵ - Ver, ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

não cuidarmos hoje da crescente desigualdade, assistindo pessoas como nós tratadas como lixo, refugo humano, humanos sem direitos?

Hannah Arendt nos mostra que pessoas submetidas às inúmeras violações, como ocorreu com judeus apátridas, vivem numa condição que é inferior a dos escravos, eles pelo menos possuem donos. Em um documentário brasileiro, denominado Ilha das Flores que narra a vida de brasileiros que dependem de um lixão na cidade de Porto Alegre para buscar alimentos, vimos esta comparação. Antes que os seres humanos tenham acesso ao lixo para recolher restos de alimentos um proprietário de porcos acertou com o proprietário do terreno que o melhor lixo ficaria para os porcos. Lembro da seguinte frase: *“Os porcos não são humanos, não possuem polegar opositor, mas possuem dono”*. A palavra dono colocado no sentido arendtiano, está ligado a possuir alguém que se preocupe com a manutenção da sua vida no caso da democracia o que seria obrigação do Estado e da Sociedade Civil. É preciso explicar que Hannah Arendt não é defensora do escravismo, apenas levanta esta questão para observarmos os níveis de degradação humana à que estes grupos estão submetidos e que não são tratados como seres humanos.

Hannah Arendt e Zygmunt Bauman nos chocam, suas reflexões nos atingem como um soco no estômago demonstrando nossa crueldade e vilania, porque nos mostram que sem que percebamos, de forma inconsciente, não somos tão diferentes dos nazistas em nossa indiferença com o destino de outras pessoas como nós. A solidariedade, a fraternidade e as relações de alteridade como valores positivos nos permitirão enxergar que tudo acontece de mal para o outro tem que nos afetar, temos que nos envolver. Uma vivência democrática requer uma indignação constante e uma ação que contribua para mudar a realidade para todos.

Para Hannah Arendt o conceito de cidadania é o direito a ter direitos, pois os homens precisam estar no espaço público, para que possam ser reconhecidos pelos outros homens como iguais, isso funda um mundo comum, a pluralidade que permite a vida política, sendo este espaço construído pela ação e pela palavra.²⁶ Daí a dificuldade que temos de defender mendigos, marginais, prostitutas, meninos de rua, será que nos sentimos iguais a ele? Somos capazes de transformar as suas dores em nossas dores?

²⁶ FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo e Esfera Pública. Elementos Para Um debate Conceitual*. In: FISHER, B. MOLL, Jacqueline. (org) *Por Uma Nova Esfera Pública. A Experiência do Orçamento Participativo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.40 -41.

Luciano Oliveira também se aproxima das reflexões arendtianas para analisar a exclusão e a miséria no Brasil. Defende que está em curso no Brasil um processo de produção de pessoas supérfluas e sem lugar no mundo e que a nossa indiferença com o destino dessas pessoas pode refletir um comportamento neonazista²⁷. Esse comportamento neonazista se caracteriza no medo que temos de trombadinhas, dos meninos de rua, das massas cada vez mais miseráveis e agressivas. Demonstra como muitos de nós festejamos os assassinatos de prisioneiros, traficantes, pessoas consideradas perigosas, como também, resulta da perda de credibilidade no Estado, nas soluções pacíficas e democráticas e concordamos de forma velada com o extermínio destas pessoas subjetivamente, basta observar os dados de homicídios e jovens assassinados nas periferias e favelas a cada final de semana no Brasil. Programas policiais, no rádio e na televisão defendendo o tratamento degradante para os prisioneiros, pena de morte, tortura, a exposição de pessoas pobres e seus dramas com o objetivo de garantir audiência e boas risadas do cidadão comum.

Elas são pessoas incômodas, agressivas, queremos nos ver livres delas. Sentimos mais indignação pela água com detergente que pode queimar a pintura do nosso carro de que com o destino das pessoas nos sinais de trânsito. Queremos que os mendigos saiam das ruas das nossas cidades e pouco importa onde sejam colocados. A prostituição em algumas ruas tradicionais do bairro de Boa Viagem em Recife incomoda os moradores dos edifícios, não pela prostituição, ou pela desumanização que ela produz, mas, porque desvaloriza os apartamentos e constrange as “famílias de bem”.

Para Arendt: o nazismo – mesmo se seus líderes são pessoas fora do comum – é uma empresa que se nutre de pessoas “normais” atemorizadas com a perspectiva de perderem, elas também, o seu lugar no mundo em épocas de crise e de se tornarem seres humanos “supérfluos”²⁸.

Nesse sentido, enxergamos no debate que se abre e se aprofunda sobre a Fraternidade universal numa possibilidade de discutir a indiferença social e os caminhos degradantes produzidos pelo homem, mas também pela importância de resgatar a partir deste debate o nosso lugar de irmãos, de filhos da terra, de seres que não abrem mão de sua humanidade e da humanidade dos outros, e que de forma solidária e harmoniosa, respeitando as diferenças e as ideologias podem ocupar de forma responsável o espaço público, compreendendo pelos caminhos apontados por Hannah Arendt que a política

²⁷ - OLIVEIRA, Luciano. *Neo – Miséria e Neo- nazismo: Uma Revisita Crítica à Razão Dualista*. Revista Política Hoje, Recife: Mestrado em Ciência Política, UFPE, jan/jun, 1996, p. 104-105.

²⁸ - OLIVEIRA, Luciano. *Neo – Miséria e Neo- nazismo: Uma Revisita Crítica à Razão Dualista*. Revista Política Hoje, Recife: Mestrado em Ciência Política, UFPE, jan/jun, 1996, p. 101 – 102.

poder ser a melhor forma de expressão de amor ao mundo, se nos envolvemos e decidimos agir fraternalmente. Entendemos que o debate sobre a fraternidade passa pela defesa de que a comunidade de seres humanos deve ser para todos e não apenas para a população de consumidores. Infelizmente, mais que respostas são as perguntas que ficam, são as inquietações sobre os limites das nossas ações, mas também as esperanças do caminho em frente. Se quisermos de fato difundir uma cultura de paz temos que ter clareza do que temos que enfrentar. Será que estamos dispostos? Este é o desafio!

VI – Referências Bibliográficas

ARENDT , Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses centralidade do mundo do Trabalho*. 4ª. E. São Paulo: Cortez, 1997.

BAWMAN, Zygmunt. *O Mal – Estar na Pós – Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAWMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Vol I e II. Brasília: Editora UNB, 2001.

CARVALHO, José Sérgio F. de. *Podem a Ética e a Cidadania Ser Ensinadas?* In.

CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo e Esfera Pública. Elementos Para Um debate Conceitual*. In. FISHER, B. MOLL, Jacqueline. (org) *Por Uma Nova Esfera Pública. A Experiência do Orçamento Participativo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GONH, M^a da Glória. *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania*. SP: Cortez, 1997.

LUBICH, Chiara. *Ideal e Luz. Pensamento, Espiritualidade e Mundo Unido*. São Paulo: Cidade Nova, 2003.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916 -1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Luciano. *Neo – Miséria e Neo- nazismo: Uma Revisita Crítica à Razão Dualista*. Revista Política Hoje, Recife: Mestrado em Ciência Política, UFPE, jan/jun, 1996.

RIOS, Teresinha A. *Ética , Ciência e Inclusão Social*. In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. a. *Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, M^a Victória Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. In. CARVALHO, José Sérgio F. de. *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global. Limites e Desafios da Participação Cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife; EQUIP; Salvador; UFBA, 2001.

